

Economistas querem reeditar Paeg

Edson Gês 28.05.91

São Paulo — Uma política à moda antiga, inspirada nos idos de 1965, quando o então governo do general Castelo Branco adotou o Plano de ação Econômica (Paeg). É essa a linha de trabalho do atual governo. E o Paeg é utilizado como argumento para provar que é possível estabilizar a economia sem choques econômicos, apesar de uma inflação de 25% ao mês. “Não é verdade que uma inflação nesse nível não possa ser reduzida gradualmente, sem choque econômico, como afirmam alguns economistas”, afirmou, ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Roberto Macedo. “Está aí o exemplo do Paeg, com a diferença, para melhor, de que vivemos hoje numa democracia. Com ajuste fiscal, é possível sim”.

A equipe econômica trabalha, portanto, na linha de que, estabelecidas as regras para se conseguir o ajuste fiscal, com a aprovação do Congresso Nacional, será possível construir o caminho da redução da inflação sem necessidade de novas tentativas heterodoxas. “Só que, nesse processo, a inflação pode cair um pouco e subir um pouco”, advertiu o deputado Roberto Campos (PTB-RJ), condutor do Paeg na qualidade de ministro do Planejamento do governo Castelo Branco. “O importante é que a tendência da inflação seja declinante”. “Macedo e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, assistiram aplicadamente da platéia, ontem, a um seminário mostrando as experiências de estabilização que estão dando certo no México, Bolívia e Argentina, evento organizado pelo Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e voltado para



Macedo: ajuste fiscal resolve

a classe política.

Em alguns desses países, como Bolívia e Argentina, foi necessária a experiência da hiperinflação para que a sociedade se convencesse da necessidade de um forte ajuste fiscal na economia e aderisse ao programa proposto pelo governo. O Brasil ainda não passou pela hiper e a sociedade continua relutando em aderir ao programa de ajuste proposto pelo governo. “Estamos convencidos de que não será preciso que o Brasil passe pela hiper”, afirmou Macedo. “Trata-se de uma experiência trágica que os outros

países pagaram com um alto custo social”, acrescentou Francisco Gros, presidente do Banco Central.

A hiper, lembrou um expositivo argentino, causa vítimas principalmente na classe política. Segundo ele, todas as lideranças políticas argentinas da época de hiper foram trocadas por outras. “Acho que nessa altura do campeonato já deu para a sociedade se convencer de que o país não precisa passar por essa situação”, disse ele. A estratégia do governo, portanto, segue mesmo na linha da aplicação de um forte ajuste fiscal para equilibrar as contas do Estado e, depois, pensar em detalhes para aperfeiçoar os passos da estabilização. “O fundamental é que nada será factível sem se conseguir primeiro o ajuste fiscal”, afirmou Gros. Fundamental também, em sua opinião, é que a classe política brasileira se convença da necessidade de votar favoravelmente as propostas de reforma fiscal enviadas ao Congresso pelo Executivo.

O deputado Roberto Campos (PTB-RJ), presente ao evento, revelou que a estratégia do governo pode dar certo. Recordou como comandou a aplicação do Paeg: “Liberei preços, diminuí tarifas de importação, pratiquei o câmbio real e estimulei a competitividade”, lembrou ele. “Agora, o ministro Marcílio Marques Moreira se recusa a congelar preços e está se orientando na linha do choque liberal sem aplicação de um choque. Pode dar certo. Aliás, poderia ter dado certo mais rápido se, no dia 16 de março, a equipe econômica anterior não tivesse feito aquelas barbaridades para depois entrar na linha de reformas estruturais”.